

ENEM e SIMCE: AVALIAÇÃO OU CONTROLE DA EDUCAÇÃO?

Ana Lucia da Luz Mazzardo¹
Rosane Carneiro Sarturi²

Resumo: O estudo aborda a Avaliação de Larga Escala: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do Brasil e Sistema de Medición de la Calidad de la Educacion (SIMCE) do Chile: Avaliação ou controle da educação? O ENEM e o SIMCE, como todas as avaliações de larga escala são definidas, organizadas e conduzidas por quem não se encontra no interior das escolas. Constituindo-se em grande desafio, tendo em vista a complexidade de medir o produto da educação. O trabalho objetiva comparar as avaliações de larga escala entre Brasil e Chile, sua influência nos currículos escolares, considerando o contexto socioeconômico e político. Este trabalho é de cunho quanti-qualitativo, assume aspectos bibliográficos e documentais com interlocuções da pesquisa participante em uma escola pública de educação básica da cidade de Júlio de Castilhos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para dar suporte teórico ao trabalho foram utilizados a legislação e dados dos órgãos responsáveis pela educação dos países pesquisados, bem como os documentos da instituição escolar. Os autores que sustentam este trabalho são: Freire (2015) fala sobre a escola crítico-reflexiva-conscientizadora inserindo indivíduo crítico no mundo; Frigotto (2009) discute a emancipação intelectual da sociedade; Vianna (2003) pesquisa problemas ligados às avaliações de larga escala; Giméno Sacristán (1998) discute o currículo e os interesses de quem o elabora; Ball (2001) mostra a influência de organismos internacionais na educação; Mizala (2010) reflete sobre a Avaliação e valorização do docente no Chile e Fanfani (2003) que questiona: “la institucionalización generalizada de sistemas nacionales de evaluación está indicando que “la sociedad” desconfía de lo que hace y produce el sistema educativo”, entre outros. Aponta-se para políticas educacionais que precisam ser acompanhadas para observar os aspectos que estão sendo considerados e a abrangência da regulação da educação pelo Governo.

Palavras-chave: Política Pública. Regulação da Educação. ENEM. SIMCE.

Introdução

Este trabalho vincula-se ao Programa Observatório da Educação (OBEDUC:)³ e tem como tema Avaliação de Larga Escala: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do Brasil e Sistema de Medición de la Calidad de la Educacion (SIMCE) do Chile: Avaliação ou controle da educação?

¹ Especialista em Informática na educação. Professora Estadual da Educação Básica no Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra de Júlio de Castilhos-RS. Membro do Grupo de Pesquisa ELOS – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: analuciamazzardo@gmail.com . Apresentadora.

² Professora Doutora Associada II do Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/ Brasil. E-mail: rcsarturi@gmail.com . Orientadora.

³ OBEDUC: Com apoio da CAPES tem como objetivo fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizem a infraestrutura disponível das Instituições de Educação Superior e as bases de dados existentes no INEP. O programa visa proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado.

O problema de pesquisa questiona se o ENEM do Brasil e o SIMCE do Chile está contribuindo para a reestruturação dos currículos do ensino médio. O objetivo consiste em comparar as avaliações de larga escala entre Brasil e Chile, sua influência nos currículos escolares, considerando o contexto socioeconômico e político.

Para responder a problemática também foi necessário verificar se as avaliações de larga escala estão articuladas com a matriz de referência do ENEM e SIMCE e a relação com o controle da educação.

No âmbito da avaliação educacional, as polêmicas sobre como avaliar determinadas características dos alunos e quais seriam as finalidades de seus resultados contabilizam quase um século de existência. Contudo, sem resolver esses impasses, desde a década de 1990, um novo elemento se incorpora à avaliação educacional. Trata-se das chamadas avaliações externas, assim denominadas porque são definidas, organizadas e conduzidas por quem não se encontra no interior das escolas, de certa forma em contraposição com as avaliações internas, estas conduzidas por professores. Essas avaliações externas, tendo em conta sua abrangência, também são denominadas de avaliações em larga escala, ressaltando sua visibilidade e, em decorrência, sua face de política pública em educação.

Tais avaliações, realizadas pelo Estados com a intenção de melhorar a qualidade da educação veem sendo ditadas por organismos internacionais, em especial na América Latina, como forma de controle do Estado sobre a sociedade, por meio da reestruturação dos currículos escolares a fim de atingir melhores resultados para a economia.

ENEM e SIMCE e a Influência no Currículo Escolar

Os países sul-americanos se esforçam, gradativamente, para melhorar seus indicadores educacionais. Podemos citar o Chile, que nas últimas quatro décadas passou por uma revolução na educação, no sentido de melhorar a qualidade do ensino e de garantir bons resultados na aprendizagem para todos os alunos, destacando-se nas avaliações internacionais de educação e tornando-se referência para seus países vizinhos.

No PISA, o desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE em ciências, em leitura e em matemática. A média do Brasil na área de ciências se manteve estável, na área de leitura também se manteve estável e na área de matemática, houve um aumento significativo de 21 pontos na média dos alunos entre 2003 a 2015. Ao mesmo tempo, houve um corresponde a menos da metade da média do PIB per capita nos países da OCDE, O gasto acumulado por aluno entre 6 e 15 anos de idade no Brasil

equivale a 42% da média do gasto por aluno em países da OCDE. O Chile, com um gasto por aluno semelhante ao do Brasil obteve uma pontuação melhor em ciências. Salienta-se que no Brasil, 71% dos jovens na faixa de 15 anos de idade estão matriculados na escola a partir da 7ª série, o que corresponde a um acréscimo de 15 pontos percentuais em relação a 2003, uma ampliação notável de escolarização. O fato de o Brasil ter expandido o acesso escolar a novas parcelas da população de jovens sem declínios no desempenho médio dos alunos é um desenvolvimento bastante positivo. Também o Brasil tem uma alto percentual de alunos em camadas desfavorecidas: 43% dos alunos se situam entre os 20% mais desfavorecidos na escala internacional de níveis sócioeconômicos do PISA, uma parcela muito superior à media de 12% de alunos nesta faixa entre os países da OCDE. (Programme for International Student Assessment (Pisa), 2015).

O Brasil ocupa o 60º lugar em educação, entre 76 países avaliados (PISA), enquanto o Chile ficou na 48ª posição (Palhares, 2015). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola; 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler; 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita e Professores recebem menos que o piso salarial.(Bruini, 2015)

No Brasil um importante instrumento de avaliação, considerado de larga escala, aplicado ao ensino médio anualmente e com participação voluntária, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 1998, pela Portaria MEC nº 438/1998 (Brasil, 1989), com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao término da educação básica e propor melhorias nesse nível de ensino. A partir de 2009 o ENEM passou por uma reformulação e submeteu a reestruturação, os currículos do ensino médio. Ampliando o uso de seus resultados, o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e vinculou a concessão de bolsas, para ingresso nas instituições privadas de ensino superior, com base nos resultados no Enem; Sistema de Seleção Unificada – SISU para pleitear uma vaga no ensino superior nas universidades publicas ou, ainda, através do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies para ingresso no ensino superior privado. Assim, o ENEM busca a democratização do acesso às vagas na educação superior, tornando-se uma das principais vias de acesso às universidades do país e até mesmo fora dele, a exemplo de Portugal que permite o acesso de estudantes brasileiros através da nota do ENEM. (Brasil, 2009).

Portanto, além da intencionalidade de melhorar a qualidade do nível médio, o ENEM, mesmo sendo um exame voluntário, passa a ser utilizado como mecanismo de seleção para

ingresso no ensino superior e também responsável pela reestruturação dos currículos no ensino médio brasileiro.

Da mesma forma no Chile, o SIMCE, é uma avaliação externa que tem como finalidade melhorar a qualidade do ensino médio. Criado em 1968 pelo Ministério da Educação – MINEDUC- foi proposto para fornecer informações relevantes para o trabalho dos atores do sistema educacional. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade e equidade da educação, informando sobre as realizações de aprendizagem dos alunos em diferentes áreas de aprendizagem do currículo nacional, e relacionando-os à escola e contexto social em que os estudantes aprendem. Os testes do SIMCE são aplicados a estudantes de 2^a, 4^a, 6^a, 8^a série, II e III médio e os estabelecimentos são informados dos assuntos que serão avaliados no ano em curso, no nível correspondente. Desde 2012, SIMCE tornou-se o sistema de avaliação da Agência para a Educação de Qualidade utilizado para avaliar os estabelecimentos de ensino como um todo: os resultados da aprendizagem, o currículo atual, os conteúdos e as habilidades em diferentes disciplinas ou áreas de aprendizagem, através de uma medida que se aplica a todos os alunos do país dos níveis avaliados.(Chile, 2017).

Diferentemente do Brasil, o SIMCE, além de elementos de prova relativos ao currículo, também recolhe informações sobre os professores, alunos e pais através de questionários. Esta informação é usada para contextualizar e analisar os resultados dos alunos nos testes do SIMCE. Também os resultados dos testes do SIMCE visam fornecer informações sobre padrões de aprendizagem alcançados pelos alunos em diferentes níveis de ensino, e confrontar a análise por cada instituição a partir de suas próprias avaliações. Os questionários expressam o contexto nacional dos estudantes, como está representado na estrutura:

Figura 01: Indicadores de Desenvolvimento Pessoal e Social (IDPS)



Chile. MINEDUC. 2017.

Os Indicadores de Desenvolvimento Pessoal e Social (IDPS) são avaliados separados por níveis, educação básica e educação média, por meio de questionários de qualidade e contextos educacionais aplicados durante a prova SIMCE e registros do Ministério de educação e agencia de qualidade. Indicadores de Desenvolvimento Pessoal e Social (IDPS) é um conjunto de índices que fornecem informações relacionadas ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos de um estabelecimento, utilizado como um complemento para os resultados do SIMCE, visando alcançar padrões de aprendizagem que vão além do domínio do conhecimento acadêmico. Assim, os resultados do SIMCE fornecer evidências chave para cada comunidade escolar refletir sobre a aprendizagem alcançada pelos alunos e identificar os desafios e pontos fortes que contribuem para o desenvolvimento ou a reformulação de estratégias de ensino que visam melhorar a aprendizagem. (Chile, 2017).

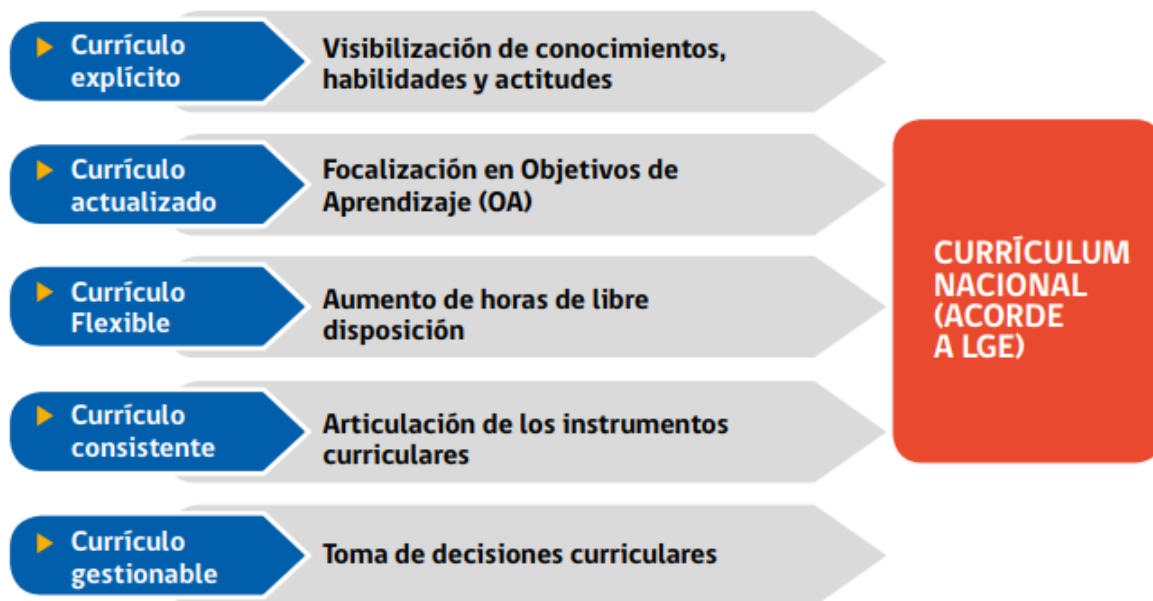
Refletindo sobre o currículo, observa-se que o ENEM, no Brasil, é o responsável pela estrutura do currículo nas escolas, como se observa na fala da coordenadora pedagógica do Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra que considera o ENEM a avaliação externa significativa por ser anual, é realizada por mais de 90% dos alunos concluintes do Ensino Médio da escola e, também por considerar que é de interesse do aluno ter um bom desempenho na avaliação tendo em vista as diversas formas de ingresso na educação superior a partir dessa avaliação.

A Matriz de Referência para o Enem apresenta cinco eixos cognitivos comuns a todas as áreas: I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa. II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas. III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema. IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente. V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. Além desses eixos cognitivos, as Matrizes do Enem passaram a ser estruturadas por Competências de área. Dessa forma, a Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias é constituída por seis Competências; a de Ciências da Natureza e suas Tecnologias é formada por oito Competências; a de Matemática e suas Tecnologias é composta por sete e a de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias apresenta nove. Em cada área do conhecimento, as Competências estão distribuídas em trinta Habilidades. (BRASIL, 2012, p. 1 -13)

No Chile: “**Las Bases Curriculares** son el documento que describe los aprendizajes del Currículum Nacional y se han desarrollado en el marco de la Ley General de Educación (LGE) de 2009, que fija los Objetivos Generales de la Educación”.(Chile. 2015, p. 6).

Apartir de 2012 iniciou, no Chile, o processo de implantação das novas regras Curriculares do Ensino Básico e Médio. Este documento, gerado no âmbito da Lei de Educação Geral n° 20.370 / 2009 (LGE).

Figura 02: Cambios y características de las Bases Curriculares(7° año de E. Básica a 2° año de E. Media)



Chile. MINEDUC 2015

As Bases Curriculares, disponibilizada pelo MINEDUC, no Chile, é um conjunto de habilidades próprias de cada uma das áreas disciplina. De acordo com o assunto, as habilidades são organizadas por objetivos do eixo. (Chile, MINEDUC, 2015).

No Brasil como no Chile as orientações curriculares são impostas pelos governantes. Essas observações estão alinhadas com as ideias de Gimeno Sacristán e Perez Gómez (1998, p. 121) que contempla uma das razões de ordem política e social na divisão do objeto didático em que “[...] os conteúdos são decididos fora do ambiente didático por agentes externos a instituição escolar”, reduzindo a atividade do professor a aspectos metodológicos. Não existe discussão com a comunidade escolar na elaboração das orientações, sendo assim os professores, embora sejam a chave para as mudanças tornam-se, tão somente. Executores de tarefas.

Influência do Controle nas Avaliações Externas

É perceptível que a preocupação com os resultados educacionais, medidos por meio de exames avaliativos aplicados em larga escala, estão ocasionando uma inversão na lógica avaliativa, curricular e didático pedagógica, na medida em que os currículos escolares e as práticas dos professores estão sendo orientados pelas exigências das avaliações externas e não o contrário. Os professores estão preparando os alunos para as provas e os propósitos

educativos construídos em bases filosóficas, sociológicas e humanas acabaram secundarizados. (Cóssio; Rodrigues, 2014, p. 69-72).

Um dos elementos que sempre se discutem em relação à qualidade da educação é a necessidade de exigir prestação de contas dos estabelecimentos educativos e seus professores. A prestação de contas (accountability) consiste em que os governos e outras organizações gerem informação que permitam avaliar os colégios. (Mizala e Romaguera, 2004, p. 1).

Na mesma perspectiva está a Declaração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a eficácia da ajuda para o desenvolvimento, adotada em 2005, conhecida como Declaração de Paris, destacou a harmonização e de gestão dirigida sobre resultados, com ações e indicadores a serem monitorados. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2005).

Notoriamente está posta a tendência de uma visão econômica da educação, uma vez que são as instituições econômicas e financeiras que desempenham um papel decisivo. Para Akkari (2011) a OCDE, por meio do estudo internacional Pisa,

colocou os desempenhos e as habilidades dos alunos em comparação internacional, esses estudos comparativos periódicos conduzem as políticas educacionais a engajar reformas para melhorar o desempenho do sistema educacional no contexto da competitividade econômica internacional.

A escola não se aprofunda na reflexão sobre as condições que engendram o trabalho docente; a gestão democrática; o tipo de currículo que está sendo difundido; os efeitos das políticas sobre a gestão da escola; o trabalho do professor e menos ainda as consequências para a formação dos estudantes. Assim para atender as demandas atuais, na área da educação, algumas reformas estruturais seguem balizadas por organismos internacionais, tendo como exemplo OCDE que, mencionadas por Ball (2001, p. 104), possuem:

- atenção mais focada nos resultados em termos de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços;
- substituição de estruturas organizacionais profundamente centralizadas e hierarquizadas por ambientes de gestão descentralizados, onde as decisões sobre a alocação de recursos e a prestação de serviços são tomadas muito mais próximas do local de prestação e onde há a criação de condições para a existência de *feedback* dos clientes e de outros grupos de interesse;
- flexibilidade para explorar alternativas para a provisão e regulação públicas que podem, por sua vez, levar a resultados mais eficazes em termos de custos;
- maior ênfase na eficiência dos serviços prestados diretamente pelo setor público, envolvendo o estabelecimento de objetivos de produtividade e a criação de ambientes competitivos dentro e entre as organizações do setor público;

- fortalecimento das habilidades estratégicas do poder central que conduzam à evolução do Estado e permitam que este responda aos desafios externos e interesses diversos de uma forma automática, flexível e a um custo reduzido.

No que diz respeito a regulação e a medição através de exames, por parte do governo, observa-se, no Brasil, o Plano Nacional de Educação que, com o objetivo de elevar a pontuação do ensino médio de 4,3 em 2015 para atingir 5,2 até 2021 pretende, entre outras estratégias:

Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, [...] incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da Educação Básica, bem **como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas**, (Brasil, 2014, grifo nosso);

Também é clara a projeção no PNE, como estratégia para melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, passar dos 438 em 2015 para 473 em 2021. Para tanto pretende:

Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas. (Brasil, 2014).

Assim como o Brasil, no Chile também percebe-se que a preocupação por parte dos governantes recai sobre os resultados e transfere para os professores, por intermédio das prática pedagógicas, a responsabilidade pelos resultados.

Nesse sentido, as medidas de descentralização têm um objetivo: tentar envolver mais os consumidores e consumidoras de um serviço ou produto, e todos os que trabalham em sua produção. Para Torres Santomé (2003, p. 40-71) esse tipo de medida materializa-se em quatro medidas: delegação de poderes e funções (responsabilização pelos resultados, autonomia limitada e controle do governo); desregulamentação (o papel regulador do Estado deixa de ser exercido para que o mercado seja o único mecanismo que regulamente); deszonificação (liberdade de escolha, *slogan* de políticas neoliberais) e escolaridade competitiva (contexto de mercantilização a rivalidade entre as escolas).

Dentro dessa ótica a UNESCO, agência especializada em educação que apresenta visão humanística, vem perdendo espaço para outros organismos internacionais, com visão econômica voltada a produção, como o Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial, que intensificam a sua influência nas orientações na área da educação. Na Conferência de Dakar em 2000, enquanto a UNESCO elencou como pilares da educação: aprender a conhecer (valorização do conhecimento); aprender a fazer (competências); aprender a ser (realização pessoal) e aprender a conviver (coesão social), para o Banco Mundial o foco principal encontrava-se em aprender a fazer, tendo como prioridades: a) dedicar metade dos gastos públicos com a educação básica; b) aumentar a participação do setor privado na educação e c) descentralizar a gestão da educação, dar prioridade a aquisição de conhecimentos e habilidades que possam ser mobilizados pelo setor produtivo e reformar os currículos escolares. (Akkari, 2011).

Também observa-se, tanto no Brasil quanto no Chile, a tendência das formações aligeiradas para colocar no mercado mão de obra barata. Essa tendência está posta a partir dos programas de educação técnica tanto no nível médio (técnico de nível médio), quanto de nível superior (ensino superior tecnológico), vigente nos dois países comparados.

Os países em desenvolvimento vem focalizando o desenvolvimento social, econômico e educacional de acordo com órgãos internacionais. Para (Ferreira, 2012) “a preocupação com os professores eficazes, com escolas de sucesso e o conteúdo nelas transmitidos ocupa centralidade na agenda da política educacional por meio da cultura dos resultados via avaliações externas”. As mudanças na área econômica exige um trabalhador eficaz, multifuncional para atender a demanda do mercado capitalista, exigindo, da educação, a formação de um indivíduo competitivo, que tenha desenvolvido habilidades e competências capazes de atender o mundo do trabalho (p.1).

Registre-se que foi a partir de orientações advindas de organismos internacionais que profissionais de distintas áreas tornaram-se docentes em um curto espaço de tempo, aligeirando a formação pedagógica com custo baixo, da mesma forma que a educação à distância, com cursos de formação inicial e continuada, atendendo um contingente amplo, rápido de menor custo benefício.

Essa política de resultados, apoiadas por órgãos voltados à área econômica e financeira vem sendo discutida por diversos pesquisadores das ciências sociais como observa-se:

Destaca-se o poder institucional do Banco Mundial, que influenciou os governos nacionais numa lógica hegemônica liberal de reorganização econômica e

política. Apoiados no processo de descentralização e influenciados pelas pressões externas do Banco Mundial, os Estados do continente engendraram políticas estruturadoras no campo da educação, pautadas em resultados. (Mendonça. 2014, p. 76).

No Brasil, como exemplo de políticas que convergem para resultados e avaliação de desempenho predominantemente meritocrático temos as medidas de intervenção do governo de Minas Gerais em 2003 que, segundo Augusto (2013), foi uma medida unilateral, sem a participação dos docentes, que causou muitos conflitos e na qual não foi contemplada a formação continuada dos professores.

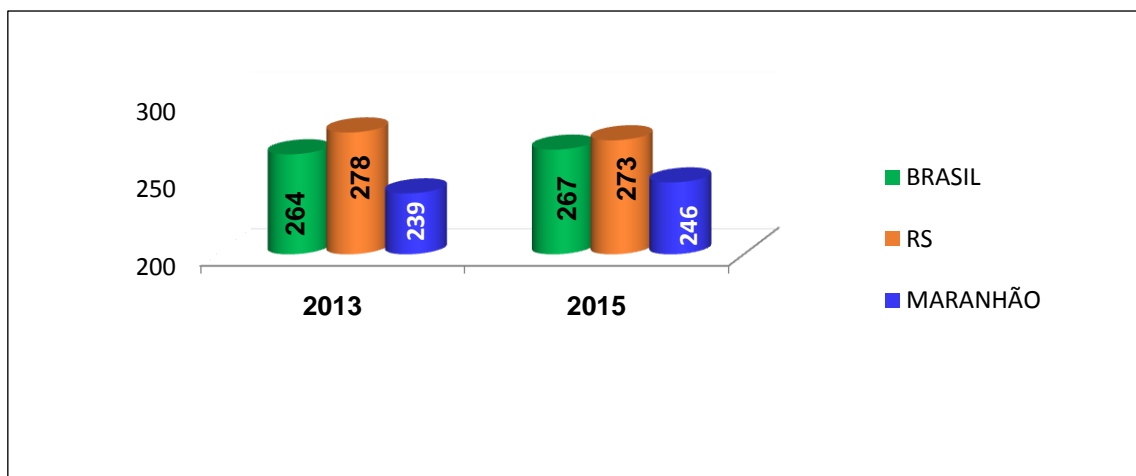
Segundo Ribeiro (2013, p. 8) é através da meritocracia escolar que se dá a mobilidade social em que os estudantes advindos de classes menos favorecidas galgam posições e conseguem vagas no ensino superior, porém, esta técnica perpetua a desigualdade social e intensifica a desigualdade escolar, em nome da justiça social. Sem considerar o ser humano enquanto indivíduo e sua formação integral.

Da mesma forma no Chile, conforme Mizala e Romaguera, (2004, p. 2) o país desenvolveu o Sistema Nacional de Evaluación del Desempeño Docente (SNED), que possui entre os incentivos propostos: a) os pagamentos por mérito; b) as carreiras escalares; c) o pagamento por competência; d) os incentivos ao nível de estabelecimentos escolares. Em ambos os países comparados observa-se a tendência internacional de mercantilização da educação, regras ditadas pelos governantes voltadas mais para a economia mundial e menos para a humanização e formação integral.

ENEM e SINCE na prática

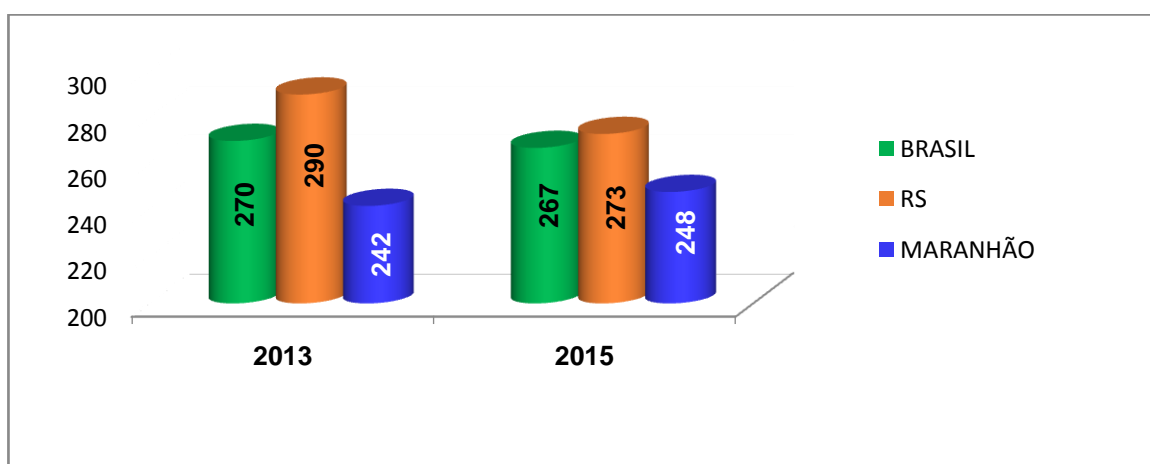
Visivelmente as avaliações externas, a exemplo do ENEM e do SIMCE, estão em desconformidade com os anseios de uma sociedade mais justa. No Brasil a profunda desigualdade persistente e as ascensões sociais são muito voláteis. Para criar uma sociedade com distribuição mais justa, é preciso garantir educação de qualidade principalmente para os mais pobres. É injusto aplicar uma prova igual para diferentes contextos socioeconômico e cultural.

Gráfico 01: Proficiência no 3º ano do Ensino Médio na disciplina de língua portuguesa.



Fonte: (Brasil, 2015).

Gráfico 2 - Proficiência no 3º ano do Ensino Médio na disciplina de matemática.



Fonte: (Brasil, 2015).

A partir dos gráficos 1 e 2 observa-se que as diferenças entre os dois estados analisados é muito grande, enquanto o Rio Grande do Sul, localizado na região sul, alcançou percentual maior em relação aos resultados do Brasil, o estado do Maranhão, localizado na região nordeste, sequer alcançou os índices gerais do Brasil.

Para Freire (1996) é necessário pensar em escolas crítico-reflexiva-conscientizadora e compromissada com a inserção do indivíduo crítico no mundo e não mera executora de programas e orientações técnicas elaboradas distante da realidade em que estão inseridas as escolas. Também apontado por Freire “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. Em especial se analisar o Brasil, um país multicultural que possui uma

extensão territorial de 8.515.767,049 km² e a miscigenação étnico-racial da formação do povo brasileiro, composta por indígenas e imigrantes tanto europeus como asiáticos que trouxeram junto com a riqueza cultural, as diferenças sociais, econômicas e culturais ainda é um grande desafio encontrar qualidade e equidade social (Brasil, 2015).

Embora documentada a equidade, que é uma das dimensões consideradas chave para a melhoria da qualidade da aprendizagem, conforme apresentada no Plan de Aseguramiento de la Calidad Escolar 2016 – 2019 (Chile, 2016, p. 14), na prática ainda é um desafio sua efetivação.

Porém a efetuação das políticas educacionais voltadas para a produção levou o país a um sistema que parece estar mais preocupado com o acesso e a manutenção do aluno dentro da escola do que com as finalidades educativas, que para (Frigotto, 2009, p. 78), consiste em “[...] articular conhecimento científico, filosófico, cultural, técnico e tecnológico com a produção material e a vida social e política, para todas as crianças e todos os jovens”, portanto uma educação integral das crianças e jovens.

As questões sociais de cidadania e educação integral está sendo substituída por conteúdos específicos que estão contemplados nas avaliações de larga escala, como pode-se observar, no Chile, em uma série de vídeos publicados, no sob o título: “Alto al SIMCE”. No primeiro vídeo, de título: ¿Cómo afecta el SIMCE al aprendizaje? percebe-se a insatisfação de acadêmicos, apoderados, professores e estudantes. Em suas falas fica claro que o SIMCE retirou e/ou diminuiu a carga horária de algumas disciplinas consideradas menos importantes por não serem contempladas na avaliação, abrindo espaço a outras que tem maior valor, na prova SIMCE, como matemática e linguagem, realizando cada vez menos atividades que lhe são significativas, afetando o ensino e a aprendizagem do país. Os alunos precisam, não somente aprender um conteúdo, mas precisam aprender a pensar, raciocinar, aprender a refletir e analisar para enfrentar os desafios da vida. Estudantes constatam que a prova não tem relação com a vida, clamam por uma escola que ensine para a vida. Segundo um doutor em ciências da educação, dessa forma a escola não tem relevância por não tem sentido para a vida. “El futuro no cabe en una puebra” (Caviere et.al, 2015). Importante comentário de estudante chileno sobre o vídeo:

Para mi fue una pesadilla el simce, mi colegio quería subir el puntaje en matemáticas por lo que nos hacían horas extras de mate (extra y a parte de los reforzamientos que ya nos hacían) lo que no me ayudó para aprender, porque llegué a tener un rechazo odioso por las matemáticas, bajé mis notas incluso y hasta el día de hoy en la universidad las matemáticas fueron mi pesadilla, meter y meter materia y automatizar para responder A, B, C,D o E no es aprender, ahora los cabros son todos expertos en ortografía

pero ninguno tiene una mirada crítica al leer un texto, porque nos enseñan lo automático de las cosas, no lo reflexivo, no nos motivan a pensar, nos motivan a memorizar y automatizar, como máquinas. (Lagos, 2015).

Já no Brasil o educador especialista em ENEM (Prado, 2012) comenta que ensino médio é conteudista e o ENEM avalia competências e habilidades. O ENEM seria um importante instrumento para mudar o ensino médio, sugere realização de várias edições e os interessados poderiam realizar quantas quisesse e escolheria a melhor nota. Considera o ENEM uma forma de diminuir o abismo entre estudantes de escolas públicas e estudantes de escolas privadas democratizando um pouco mais as vagas no ensino superior. Também salientou, como ponto negativo as diferenças culturais, especialmente na redação, citando como exemplo um nordestino que fez a redação sobre meio ambiente, ele terá termos específicos da realidade dele que não será compreendido por um paulista que, por ventura, venha a corrigir essa redação.

Porém, analisando a fala de estudantes no programa da rede globo (canal aberto de TV de maior audiência do Brasil), o Fantástico, exibido nos domingos à noite, observa-se que os estudantes que tiveram sucesso no ENEM, para ingresso em cursos muito concorridos como medicina, demonstram terem estudado muito abrindo mão de diversões e do convívio familiar, também observa-se que esses estudantes, salvo algumas exceções, são de classe social médio alta que estudaram em escolas particulares, consideradas de maior qualidade, além de terem feito cursinho pré-enem por dois, três ou mais anos. Um dos comentários do vídeo traz uma reflexão interessante:

“É... parece que o esquema funciona assim: Rico paga escola particular pro filho estudar em faculdade pública em período integral (já que ele não precisará trabalhar). Pobre deixa o filho estudar em escola pública e depois ele tem que se matar de trabalhar pra pagar uma faculdade que o aceite com um "vestibular". (Resende, 2011).

Conforme (Fanfani, 2003, p. 166), avaliação e exame possui uma grande e importante diferença. Para o autor, avaliar é uma ação voltada a dar valor e/ou apreciar, formular um juízo de valores em termos de boas ou más, mostrando que já foi incorporado conhecimento suficiente para progredir para outro mais complexo, é uma técnica para controlar a progressão da aprendizagem dos alunos. Já exame é a ação de observar e estudar com atenção, é o conjunto de observações ou testes destinados a avaliar a cultura dos candidatos, características do sistema de ensino moderno controlado pelo Estado, nessa ótica, a escola não visa somente desenvolver conhecimento, mas também oferecer documento atestando a aquisição de conhecimentos, valores e habilidades. Seguindo a visão do autor, a

escola moderna, que cresce com o Estado capitalista, pratica tanto o exame quanto a avaliação, já nas avaliações externas observa-se apenas a avaliação dos conhecimentos.

Uma indagação pertinente é feita por Vianna (2003, p. 44): e as atitudes, interesses e valores? Não estão presentes nas avaliações de larga escala, o ENEM usa prova escrita, com questões objetivas e uma redação, o SIMCE, além das questões objetivas, utiliza também questões abertas e ainda um questionário para constatar a problemática em que se situam os avaliados, mas em ambas não existem provas práticas, orais ou avaliações observacionais.

As avaliações comparadas possuem outro fator em comum, ambas são impostas pelos governantes, porém diferem no quesito motivação, enquanto o SIMCE usa seus resultados para elaborar políticas educacionais e também para premiar ou penalizar as escolas, professores e diretores, o ENEM além de servir ao governo para pensar as políticas educativas, é do interesse dos estudantes ter boa pontuação no exame para buscar uma vaga no ensino superior. Assim a motivação dos estudantes que realizam o ENEM, no Brasil é diferente dos estudantes que participam do SIMCE, no Chile.

Considerações Finais

Comparando as avaliações de larga escala entre o Brasil e o Chile observa-se que a complexidade de tratar questões relevantes da educação, em especial do ensino médio continua sendo um desafio. No Brasil, são fatores recorrentes: o baixo investimento na infraestrutura, o profissional docente desvalorizado social e economicamente. Busca nas avaliações externas, manter o controle da educação. O Chile vem apostando em reformas na área da educação sempre voltada para a qualidade do ensino e da aprendizagem, buscando elevar sua pontuação nos indicadores internacionais de qualidade por meio de diferentes programas como: valorização profissional dos docentes e avaliações externas como forma de medição da aprendizagem.

Apesar de sua importância para a educação, a cultura da avaliação externa está tão impregnada nas escolas que o currículo que seria um meio para propiciar que os alunos se apropriassem de conceitos necessários à formulação do pensamento autônomo, passa a ser o fim educativo, ou seja, professores estão sendo induzidos a preparar os alunos para as avaliações externas, invertendo tanto a lógica do currículo quanto da avaliação.

O ENEM, no Brasil, assim como o SIMCE, no Chile tem seus resultados amplamente divulgados no meio educacional e na imprensa trazendo a competitividade entre as instituições, classificando e elencando *ranking*, premiando os bons e castigando os maus, além de estimular o individualismo da sociedade.

Educação de qualidade e com equidade é tendência internacional, porém ações como a divulgação dos resultados das medições da aprendizagem, realizada pelo Estado como forma de facilitar a escolha da escola, pelas famílias, deixa os mais pobres em desvantagem, tendo em vista o acesso, primeiramente aos meios de comunicações, também a capacidade de compreender os dados divulgados e a possibilidade de conduzir seus filhos às escolas consideradas melhores.

Quanto ao currículo observa-se que o mesmo é elaborado pelos governos dos dois países comparados, na prática tanto no Chile como no Brasil as provas ENEM e SIMCE estão ordenando o que deve ser trabalhado na sala de aula as escolas destinam maior tempo à realização de provas similares ao SIMCE e ENEM e ao ensino das matérias mais importantes para esta prova. Os professores sentem que uma parte importante de seu trabalho em classe com os alunos está condicionada à obtenção de bons resultados nos exames. Enquanto o trabalho deveria buscar a formação integral a fim de formar indivíduos para o exercício da cidadania.

Observa-se que o posicionamento econômico e político dos países da América Latina, estão vinculados as recomendações dos Organismos Internacionais que fixaram os processos de avaliações externas como eixo de ordenamento de políticas públicas, por isso, tem-se que os resultados produzidos pelas avaliações externas encaminham-se na imposição de padrões de qualidade da educação.

Essa mensuração via avaliação externa, representada pelo ENEM no Brasil e o SIMCE no Chile, visa à racionalização dos recursos e investimentos educacionais e, ainda, exercer controle sobre a prática educativa, enfim, a centralidade das avaliações em larga escala tornou-se característica de fortalecimento do Estado Avaliador ainda presente na América Latina e celebrado pelo organismos internacionais como Banco Mundial.

Referências

Augusto, M. H. **Política de Resultados e Avaliação de Desempenho: Efeitos da Regulação Educativa Sobre Carreira e Remuneração**. In: ANPED, 36^a, 2013. Goiânia, GO. Anais: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_2926_texto.pdf> . 2012, P. 1-15.

Brasil. INEP. **Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <<
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf> . Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. INEP. **Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2012/edital-enem-2012.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

_____. IBGE. **Área Territorial Brasileira**, 2015. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm> . Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação – PNE**. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Ball, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

Bruini, Eliane da Costa. **Educação no Brasil**. 2015. Observatório do PNE. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/36187/opinio-educacao-no-brasil/?pag=213>> . Acesso em: 02 de agosto de 2017.

CÂMARA ENTREVISTA. **O que é e para que serve o ENEM**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TH7vQLOH-Fs&t=113s>> . Acesso em 28 de julho de 2017.

Caviere, D., Arroño, D., Ossandón, L., Matínez, L., Méndez, R., Martín, C., Molina, B., Assael, C., Mendi, L., Matus, C., Pérez, S. & Guerrero, P. **¿Cómo afecta el SIMCE al aprendizaje?** (2015, a.). Vídeo (13min19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eHyoa449tKU&feature=youtu.be>> . Acesso em: 29 de julho de 2017.

Cóssio, M. F.; Rodrigues, R. C. **Novos Modos de Regulação das Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via**. Rio Grande do Sul: Ed. UFPEL, 2014.

Chile. MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE -**Nuevas Bases Curriculares y Programas de Estudio. 7° y 8° año de Educación Básica / 1° y 2° año de Educación Media.** 2015. Santiago – Chile. Disponível em: <<https://media.mineduc.cl>>. Acesso em: junho de 2017.

_____. MINISTERIO DE EDUCACIÓN- MINEDUC – Agencia de Calidad de la Educación. **SIMCE.** Disponível em: <<https://www.ayudamineduc.cl/ficha/simce>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

_____. MINISTERIO DE EDUCACIÓN - MINEDUC – Agencia de Calidad de la Educación. **Indicadores de Desenvolvimento Pessoal e Social – IDPS.** Disponível em: <<http://www.agenciaeducacion.cl/evaluaciones/indicadores-desarrollo-personal-social/>>

_____. MINISTERIO DE EDUCACIÓN –MINEDUC - **Plan de Aseguramiento de la Calidad Escolar 2016 – 2019.** 2016. Disponível em: <<http://portales.mineduc.cl/plandeaseguramiento/files/assets/common/downloads/Plan%20de%20Aseguramiento.pdf>>. Acesso em: 22-06-2017.

_____. MINISTERIO DE EDUCACIÓN –MINEDUC. **Nuevas Bases Curriculares y Programas de Estudio. 7° y 8° año de Educación Básica / 1° y 2° año de Educación Media. Catilha técnica.** 2015. Disponível em: < <http://media.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/28/2016/04/Cartilla-Curricular-FG-1.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2017.

Fanfani, E. T. **Los docentes y la evaluación.** In: UNESCO 2003. EVALUAR LAS EVALUACIONES: Una mirada política acerca de las evaluaciones de la calidad educativa.

Ferreira, D. L. **A relação entre OCDE e a política de formação docente brasileira.** 2012. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt08-2190_int.pdf . Acesso em: 29 de junho de 2017.

Freire, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários À prática educativa.** 1996. 15. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

Frigotto, G. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf> . Acesso em: 06 de maio de 2015.

Gimeno S., J. ; Perez G, A. I.. **Comprender e transformar o ensino.** 4. ed. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed Editora. 1998.

Lagos, S. M. **¿Cómo afecta el SIMCE al aprendizaje?.** (2015, b.). Youtube . Vídeo (13min19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eHyoa449tKU&feature=youtu.be>> . Acesso em: 29 de julho de 2017.

Mendonça, L. de P. **A Reforma Educacional na América Latina e a Disseminação de Políticas Públicas de Sistemas Educacionais.** 2014. 92f. Dissertação (Cultura, Poder e Instituições). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. MG.

Mizala, A.; Romaguera, P. - **O Sistema Nacional De Avaliação Do Desempenho Docente (Snde) No Chile.**(2004). Disponível em: <http://www.ceset.unicamp.br/~sandro/st000/02E4-AlejandraMizala.pdf> . Acesso em: 04 de julho de 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento.** 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf> . Acesso em: 28 de junho 2017.

Palhares, I. **Brasil é o 60º colocado em ranking mundial de educação.** Jornal Estadão. 2015. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720>> . Acesso em: 02 de agosto de 2017.

Prado, M. **Especialista fala sobre desvantagens e vantagens do Enem para educação.** 2012. Youtube. vídeo (6min37s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JA30hdsA7Ek>> . Acesso em 28 de julho de 2017.

PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT (PISA). Brasil - Resultados principais. 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf> . Acesso em: 03 de agosto de 2017.

Resende, L. Fantástico - **Campeões do vestibular contam como passaram para as federais.** 2011. Youtube. Vídeo (6min12s). disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0ZU_UdtsMo8> . Acesso em: 29 de julho de 2017.

Ribeiro, V. M. **Que Princípio de Justiça Para a Educação Básica? Uma Discussão à Luz de Abordagens Que Relacionam Justiça e Escola.** In: ANPED, 36ª, 2013. Goiânia, GO. Anais: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_3188_texto.pdf> . 2012, p.1-17.

Torres Santomé, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo/** Jurjo Torres Santomé; trad. Cláudia Schilling. - Porto Alegre : Artmed, 2003.

Vianna, H. M. **Avaliações em Larga Escala: Análise e propostas.** 2003. Disponível em: <http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20207/2016-l/textos/Texto%20complementar%20sobre%20avaliacoes%20sitemicas%20-%20MAT%20207%20-%202016-l.pdf> . Acesso em: 15 de março de 2016.